



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DO CAMPUS TRINDADE

**O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA NA PERSPECTIVA DE
HENRI WALLON: DA HISTÓRIA SOCIAL DA INFÂNCIA À EDUCAÇÃO
INFANTIL**

IGOR GOMES FERREIRA

**TRINDADE
2020**

IGOR GOMES FERREIRA

**O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA NA PERSPECTIVA DE
HENRI WALLON: DA HISTÓRIA SOCIAL DA INFÂNCIA À EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Artigo Científico apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Campus Trindade – Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação e Trabalho Docente.

Orientadora: Professora Ma. Valéria Alves de Lima

**TRINDADE
2020**

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano

FOD23d FERREIRA, IGOR
O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA NA
PERSPECTIVA DE HENRI WALLON: DA HISTÓRIA SOCIAL DA
INFÂNCIA À EDUCAÇÃO INFANTIL / IGOR FERREIRA;
orientadora Valéria Alves de Lima ; co-orientadora
Ruth Aparecida Viana da Silva. -- Trindade, 2020.
22 p.

Monografia (Graduação em Pós-Graduação Lato Sensu em
Educação e Trabalho Docente) -- Instituto Federal
Goiano, Campus Trindade, 2020.

1. Educação Infantil. 2. Escola. 3. Criança. 4.
Wallon. 5. Infância. I. Alves de Lima, Valéria,
orient. II. Aparecida Viana da Silva, Ruth, co-
orient. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO - CAMPUS TRINDADE
COORDENAÇÃO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO EM MEIOS DE PUBLICAÇÃO DO IF GOIANO**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo, a partir desta data, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar, gratuitamente, através dos seus meios de publicação (na forma digital ou impressa), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/98, o material bibliográfico, resultante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a fim de publicação da produção científica brasileira.

1. Identificação do material bibliográfico: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):
 Monografia Artigo Científico.

2. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):
Nome completo do(a) autor(a): IGOR GOMES FERREIRA

Título do trabalho: **O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA NA
PERSPECTIVA DE HENRI WALLON: DA HISTÓRIA SOCIAL DA INFÂNCIA À
EDUCAÇÃO INFANTIL**

3. Informações de acesso ao documento:
Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a publicação, torna-se imprescindível o envio do arquivo em formato digital na extensão .pdf e .docx ou .xlsx do trabalho.

Trindade, 19 de Outubro de 2020


Assinatura do(a) Autor(a)

¹Neste caso o documento ficará embargado por até um ano, a partir desta data de defesa. A disponibilização poderá ainda ser realizada em qualquer tempo, assim como a extensão do embargo (esta carece de justificativa), desde que solicitadas por escrito junto à Coordenação do curso. Os dados do trabalho não serão disponibilizados durante o período do embargo.

Coordenação do Curso de Pós-Graduação
Lato Sensu em Educação e Trabalho Docente
e-mail: educacaotrabalho.tri@ifgoiano.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO - CAMPUS TRINDADE
COORDENAÇÃO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Eu, Jhon Gomes Ferreira,
CPF: 056.087.557-67 devidamente matriculado (a) no curso de Pós-Graduação
Lato Sensu em Educação e Trabalho Docente do Instituto Federal
Goiano – Campus Trindade, declaro a quem possa interessar e para todos os fins de direito
que:

1. Sou o legítimo autor do artigo cujo título é: O Desempoderamento Integral
da Criança na Perspectiva de Henri Wallon:
Da História Social da Infância à Educação Infantil

2. Respeitei a legislação vigente de direitos autorais, em especial citando sempre as fontes
que recorri para transcrever ou adaptar textos produzidos por terceiros.

Declaro-me ainda ciente que se for apurada a falsidade das declarações acima, o artigo será
considerado nulo e a homologação do diploma, porventura emitido, será cancelada,
podendo a informação de cancelamento ser de conhecimento público.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Trindade, 19 de Outubro de 2020.

Jhon Gomes Ferreira
Assinatura do Aluno(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 56/2020 - CE-TRI/GE-TRI/CMPTRI/IFGOIANO

COORDENAÇÃO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO - CAMPUS TRINDADE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM EDUCAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

ATA DE BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às 15h00 (quinze horas), reuniram-se os componentes da banca examinadora em sessão pública realizada por videoconferência, via Google Meet, para procederem à avaliação da defesa de Trabalho de Conclusão de Curso, em nível de Especialização, intitulado "EDUCAÇÃO INFANTIL: A ESCOLA COMO LÓCUS PRIVILEGIADO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA NA PERSPECTIVA DE WALLON", de autoria de **Igor Gomes Ferreira**, discente do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e Trabalho Docente do Instituto Federal Goiano - Campus Trindade. A sessão foi aberta pela Orientadora e presidente da Banca Examinadora, Profª. Me. Valéria Alves de Lima, que fez a apresentação formal dos membros da Banca, Profª. Dra. Claudine Faleiro Gill e, Profª. Dra. Rachel Benta Messias e, para fins de registro da participação da avaliadora externa ao IF Goiano (Profª. Rachel), foi iniciada a gravação da sessão, a qual pode ser acessada pelo link: <https://drive.google.com/file/d/1yXEdKgYqcOvwAzQ9mPeNglmUOymJPaJ5/view>. A palavra, a seguir, foi concedida ao autor para, em 30 minutos, proceder à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu oralmente o autor. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo em vista as normas que regulamentam o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e Trabalho Docente, e indicadas as correções pertinentes, o Trabalho de Conclusão de Curso foi **APROVADO**. A conclusão do curso, como requisito para fins de obtenção do título de Especialista em Educação e Trabalho Docente, dar-se-á quando da entrega ao Prof. Orientador da versão definitiva do Trabalho, com as devidas correções. Assim sendo, a defesa perderá a validade se não cumprida essa condição, em até **30 (trinta) dias** da sua ocorrência. Cumpridas as formalidades da pauta, a presidência da mesa encerrou a sessão de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso às 16h35min., e para constar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, será assinada eletronicamente pelo autor e pelos membros da Banca Examinadora.

Membros da Banca Examinadora

Nome	Instituição	Condição
Profª. Me. Valéria Alves de Lima	IF Goiano - Campus Trindade	Presidente
Profª. Dra. Claudine Faleiro Gill	IF Goiano - Campus Trindade	Avaliador interno
Profª. Dra. Rachel Benta Messias	IFG - Campus Goiânia Oeste	Avaliador externo

Rafael Bentes

Documento assinado eletronicamente por:

- Claudine Faleiro Gill, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 16/09/2020 11:15:22.
- Igor Gomes Ferreira, 2019108301930148 - Discente, em 16/09/2020 11:11:33.
- Valeria Alves de Lima, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 16/09/2020 10:57:08.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 15/09/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 187645
Código de Autenticação: 4c228ff3af



O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA NA PERSPECTIVA DE HENRI WALLON: DA HISTÓRIA SOCIAL DA INFÂNCIA À EDUCAÇÃO INFANTIL¹

Igor Gomes Ferreira²

RESUMO

Desde sua implantação, por meio da Constituição Federal de 1988, a Educação Infantil tem passado por muitas transformações, porém, sempre preocupada com o desenvolvimento integral da criança. Essa preocupação leva as instituições a buscarem e utilizarem-se de estudos de inúmeros autores comprometidos com o desenvolvimento integral da criança, a exemplo de Henri Wallon (1975), que subsidia o trabalho desenvolvido dentro das instituições escolares, haja vista a importância de suas pesquisas sobre o papel do ambiente escolar na formação integral da criança. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar como a educação escolar deve ser um *locus* privilegiado para o desenvolvimento da criança na perspectiva de Wallon. O interesse pela pesquisa surgiu diante de leituras teóricas, assim como da prática de estágio curricular na Educação Infantil, realizado no curso de Pedagogia, que possibilitou verificar o trabalho desenvolvido em escolas que promovem atividades e experiências que potencializam o desenvolvimento infantil, além da valorização do trabalho pedagógico em seus aspectos físicos, afetivos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, baseada em Wallon (1975) e complementada por autores como Heywood (2004), Kuhlmann Jr. (2010), Rosemberg (2019), dentre outros, analisando de que forma esse âmbito da Educação Infantil possibilita situações diferenciadas de desenvolvimento para a criança. Evidencia-se que na teoria Walloniana, a instituição educacional não deve privilegiar ora os aspectos físicos ora cognitivos ou ora os aspectos afetivos, mas deve compreendê-los de forma articulada no processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil, criando possibilidades formativas para a criança, que sejam importantes para o seu dia a dia, vislumbrando o seu desenvolvimento integral. Espera-se, como resultado, que este estudo possa contribuir na formação de profissionais que atuam direta ou indiretamente na educação infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil. Escola. Criança. Wallon. Infância.

ABSTRACT

Since its implementation, through the 1988 Federal Constitution, Early Childhood Education has undergone many transformations, however, always concerned with the integral development of the child. This concern leads institutions to seek and make use of studies by countless authors committed to the integral development of children, such as Henri Wallon (1975), who supports the work developed within school institutions, given the importance of their research on the role of the school environment in the integral education of the child. In this context, the objective of this research is to analyze how school education should be a privileged locus for the child's development in Wallon's perspective. The interest in research arose in the face of theoretical readings, as well as the practice of curricular internship in Early Childhood Education, carried out in the Pedagogy course, which made it possible to verify the work developed in schools that promote activities and experiences that enhance child development, in addition to valuing child development. pedagogical work in its physical, affective aspects. It is a bibliographic research, based on Wallon (1975) and complemented by authors such as Heywood (2004), Kuhlmann Jr. (2010), Rosemberg (2019), among others, analyzing how this scope of Early Childhood Education enables situations differentiated developmental conditions for the child. It is evident that in Wallonian theory, the educational institution should not privilege either physical aspects or cognitive or affective aspects, but must understand them in an articulated way in the process of learning and child development, creating educational possibilities for the child, who are important for your daily life, envisioning your integral development. As a result, it is expected that this study can contribute to the training of professionals who work directly or indirectly in early childhood education.

Keywords: Early Childhood Education. School. Kid. Wallon. Childhood.

¹Artigo apresentado ao Campus Trindade como requisito para obtenção do título de especialista no Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e Trabalho Docente, sob a orientação da Professora Ma. Valéria Alves de Lima e coorientadora Prof. Ma. Ruth Aparecida Viana da Silva.

²Discente do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e Trabalho Docente.

Introdução

A Educação Infantil sofreu diversas mudanças desde suas origens. Atualmente, é regida por uma extensa legislação que garante o direito da criança ao acesso não apenas à escola, mas a uma educação de qualidade. Nesse contexto, várias pesquisas e educadores evidenciam a importância dessa etapa ser ofertada com excelência à criança, pois é um período privilegiado em que são reunidos conhecimentos, atividades e possibilidades diferenciadas para que ela se desenvolva-se de forma integral (WALLON, 1975).

O tema desta pesquisa insere-se na linha de pesquisa em Educação e Trabalho do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano), Campus Trindade. Evidenciar o potencial da pesquisa bibliográfica relacionada ao desenvolvimento integral da criança, envolvendo os aspectos psicomotores, afetivo e cognitivo foi o tema escolhido para a discussão nesta pesquisa. Pretende-se evidenciar o desenvolvimento amplo e integral das crianças, bem como a relevância das atividades propostas no sentido de priorizar ou não esse desenvolvimento. A escolha do tema se deve ao interesse pessoal e às inquietações que foram geradas a partir do estágio curricular na Educação Infantil, realizado no curso de Pedagogia.

No contato com as crianças e com a rotina escolar, foi possível perceber que as crianças apresentam níveis de desenvolvimento variados e muito dessa diversificação liga-se às propostas de ensino que a elas são destinadas. Além disso, a experiência no estágio na Educação Infantil contribuiu para que o pesquisador se questionasse sobre a forma como as atividades propostas nessa etapa educacional constituem o desenvolvimento psicomotor, afetivo e cognitivo das crianças. Assim, a escolha pela educação infantil (0 a 6 anos) ocorreu pelo fato de essa faixa etária envolver um período de intenso desenvolvimento das crianças, e de ser um momento em que as experiências se revelam potencializadoras da aprendizagem e desenvolvimento.³

Diante do exposto, busca-se responder a seguinte problemática: Como a Educação Infantil contribui para o desenvolvimento integral da criança? Como a teoria walloniana

³ A opção pela teoria de Henri Wallon (1879-1962) justifica-se por sua compreensão não fragmentada das fases de desenvolvimento humano, e, principalmente, porque ele apresenta uma visão omnilateral desse processo, ou seja, do desenvolvimento da pessoa completa. Wallon considerou não somente os aspectos cognitivos e físicos da criança, mas ressaltou a importância da afetividade no processo de aprendizagem e desenvolvimento. A teoria construída por Wallon (1879-1962) apresenta-se como suporte adequado para compreender o desenvolvimento infantil nesta fase da vida. O autor compreende que se trata de um processo complexo, multideterminado, constituído por aspectos afetivos, cognitivos e motores, além de reconhecer que a instituição educacional é o espaço social cuja responsabilidade principal é promover o desenvolvimento integral da criança.

contribui para a Educação Infantil? Quais as contribuições da teoria walloniana para o processo de desenvolvimento da criança?

A importância da pesquisa está no sentido de que a construção de conhecimentos nessa área é fundamental para promover a reflexão sobre como a educação pode contribuir na formação integral dos sujeitos, mesmo diante da complexidade deste processo. Espera-se contribuir na indicação de fontes que podem auxiliar educadores que atuam direta ou indiretamente na educação de crianças.

Para a realização da pesquisa, desenvolveu-se um estudo bibliográfico, que segundo Goldenberg (2007), consiste na etapa inicial de todo trabalho científico ou acadêmico, com o objetivo de reunir as informações e dados que serviram de base para a construção da investigação proposta a partir do tema determinado.

O levantamento bibliográfico foi feito a partir da análise de fontes que abordam, de diferentes maneiras, o tema escolhido para o estudo, como é o caso de Wallon (1975), Manhoney e Almeida (2004), dentre outros. Como fontes básicas, livros, artigos, documentos monográficos, periódicos, dentre outras obras dos autores supracitados. Como fontes legais, a legislação vigente que trata diretamente da criança, a exemplo do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (1998), o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (2009), que possibilitaram uma análise sobre a forma como o Brasil entende a infância e também a educação destinada a essa etapa da vida de uma pessoa, além do já estabelecido na LDB (1996) e BNCC (2017).

Infância: Abordagens Teóricas, Sociais e Políticas

As concepções em torno da infância modificaram-se muito durante a história da humanidade. Também variam de um lugar para o outro, pois diferentes povos têm crenças, rituais e valores que acabam interferindo na forma como a sociedade compreende essa etapa da vida.

Para que se possa conhecer a história da Educação Infantil, é preciso, primeiramente, lançar um olhar sobre a questão da infância, e como esse período foi tratado por diferentes povos e culturas, até que se chegasse à concepção de infância que se tem na atualidade. De acordo com Heywood (2004, p.13), “a fascinação pelos anos da infância é um fenômeno

relativamente recente”, isto porque a ideia e o olhar sobre a infância modificaram-se de forma considerável com o passar dos séculos.

Até por volta do século XII, mesmo as artes ignoravam a infância, não havendo nenhum tipo de representação sobre essa fase da vida humana. No fim do século XVIII, ainda não existiam crianças caracterizadas em nenhum tipo de arte e as que existiam eram retratadas como adultos em miniatura (HEYWOOD, 2004). Nesse contexto, em relação à infância, não havia preocupação sobre o que acontecia com a criança ou sobre as reais necessidades que elas apresentavam. Entretanto, isso foi modificando-se com o passar dos séculos e a mudança de cultura em muitos povos, provocadas por estudos da psicologia que lançavam olhar sobre o desenvolvimento infantil.

O processo de “descoberta” da infância, que se fortaleceu nos séculos seguintes a partir de pesquisas e a mudança da cultura da sociedade. Passou-se a defender a ideia de que esses indivíduos precisavam de um tratamento especial, de forma que assim fossem preparados para adentrar a vida adulta. Foi isto que gerou uma separação da criança do meio dos adultos e uma espécie de quarentena que deu origem às escolas (inicialmente destinadas apenas para cuidar das crianças), que subsidiaram a aprendizagem como um meio de comunicação e para adequar a criança ao mundo adulto (HEYWOOD, 2004).

Houve uma mudança de paradigma nesse período. Porém, foi apenas por volta do final do século XVIII e começo do século XIX que o sentimento de criança e infância, como seres diferenciados e especiais, veio surgir, inicialmente, na Europa, fazendo com que diversos estudos sobre esses indivíduos surgissem (HEYWOOD, 2004). Para que a infância pudesse ser vista como é atualmente, muitas transformações precisaram acontecer na sociedade, havendo uma real preocupação para com sua educação e particularidades de aprendizado, desenvolvimento etc.

Chegando-se ao XIX, passou-se a acreditar que antes mesmo que a criança alcançasse a razão e os bons costumes, ela já possuía sentimentos e era o adulto que tinha a responsabilidade de ajudá-la a desenvolver tanto o caráter quanto sua razão. Porém, não se tratava a criança como um ser singular e diversificado, mas como uma folha em branco a ser preenchida e, dessa forma, ser preparada para sua vida adulta, como afirma Jacomé (2018, p. 8): “[...] pensava-se a criança como um papel em branco, sendo assim caberia aos adultos ensinar a criança a desenvolver o caráter e a razão”.

Foi apenas no final do século XIX, com o fortalecimento da indústria na Europa, que uma mudança efetiva veio a atingir a sociedade e a produzir também uma visão diferenciada sobre a infância. De acordo com Kuhlmann Jr (2010, p. 60), “[...] o desenvolvimento científico

e tecnológico consolidou as tendências de mitificação da ciência e de valorização da infância que vinham sendo desenvolvidas no período anterior”.

Assim, houve uma maior preocupação com as instituições que deveriam educar as crianças – a escola primária, os jardins de infância, as creches –, reorganizando internatos e ambulatórios e oferecendo também maior preocupação para com as mães, já que estas serviam de mão de obra para a indústria e precisavam ter um local para deixar os filhos (KUHLMANN JR. 2010). Esse modelo de educação e de sociedade passou a estar presente também nas instituições educacionais que vieram a configurar-se por volta do século XIX, reunindo creches e jardins de infância, além da escola primária.

Chegando-se ao século XIX, surgiram os primeiros “jardins de infâncias”, que eram instituições de ensino dedicadas às crianças, marcadas por práticas autoritárias e disciplinares, buscando formar um “futuro cidadão”.

De acordo com Moreira e Vasconcelos (2003, p.71), a escola ganhou grande importância dentro da sociedade e a infância passou a ser vista como um período diferente da vida adulta. Porém, precisava de institucionalização para que pudesse ser submetida a um regime disciplinar cada vez mais rigoroso e, assim, dar origem à formação de um ser ideal para viver naquele modelo de sociedade.

Assim, ao chegar aos dias atuais, Kuhlmann Jr. (2010, p.30) afirma que:

É preciso considerar a infância como uma condição da criança. O conjunto de experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais que uma representação dos adultos sobre essa fase da vida. É preciso conhecer as representações da infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, etc., reconhecê-las produtoras da história.

Fica evidente na fala do autor que a infância não é mais pensada como algo isolado, sem importância para a sociedade, mas, baseia-se nas diferentes culturas, espaços e vivências da criança, aspectos de fundamental importância em sua formação integral.

Sobre a forma como a infância é vista na atualidade, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) considera que “as crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio”. Já a BNCC (2017) apropria-se do conceito trazido pelas DCNEI (2009), definindo a criança como:

[...] sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, p. 12).

Essa criança utiliza-se de diferenças linguagens para aprender e para atuar no mundo em que vive. Seu conhecimento é constituído a partir do meio em que vive, de processos de significação e ressignificação. É assim que se configura a educação infantil na atualidade, uma vez que

[...] compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina, etc. possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil apontando algumas características comuns da ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças (BRASIL, 1998, p. 21-22).

Nota-se quão importante é a criança ser tratada como alguém que tem características e necessidades diferentes dos adultos. Por isso, precisa de outras formas de educação, de diferentes estímulos, espaços, atividades e atenção, o que acaba transformando a visão social e familiar sobre esse grupo e diversas ações em torno das crianças.

Assim, é preciso considerar o que afirma Wallon (1986, p. 8):

Jamais pude dissociar o biológico do social, não porque os creia redutíveis entre si, mas porque, no homem, eles me parecem tão estreitamente complementares, desde o nascimento, que a vida psíquica só pode ser encarada tendo em vista suas relações recíprocas.

A partir do século XIX, quando se passou a considerar a infância como um período de grande importância na vida da sociedade, que políticas públicas e programas passaram a ser criados para oferecer cidadania a esses indivíduos. Entre essas propostas, a Educação Infantil, que passou a reconhecer a criança como alguém com características próprias, com necessidades físicas e biológicas, que também é formada – ao mesmo tempo em que transforma – pelo meio social em que vive.

Ao longo dessa retomada histórica, fica evidente que a infância foi tratada de maneiras diferenciadas no decorrer dos tempos, seja pelas características dos momentos históricos ou das especificidades das culturas que a tratavam sob diferentes perspectivas. No entanto, percebe-se que foram necessárias inúmeras mudanças em toda a sociedade, para que a própria criança, pudesse ser vista de forma diferenciada, tratada como sujeitos de direito e alvo de políticas públicas e de diferentes ações sociais.

Essa mudança de postura em relação à infância, foi de fundamental importância para as pessoas que estavam diretamente associadas à formação de crianças. Elas passaram a ser vistas de forma diferenciada dos adultos e tornaram-se sujeitos de uma atenção específica, consideradas em suas necessidades e particularidades.

Conforme exposto anteriormente, a visão sobre a infância deve ser compreendida em seus diferentes determinantes histórico, cultural e social. É preciso considerar que essa etapa da vida foi diretamente mediada pela forma como as diferentes sociedades viam a criança e como esses vocábulos – criança e infância – ganharam diferentes conotações ao longo do tempo (STEARNS, 2006).

Até por volta do século XII, a sociedade vivenciava graves problemas ligados a questões higiênicas e de saúde e, com isto, as crianças eram as mais atingidas, pois a falta desses elementos gerava altos índices de mortalidade infantil, como afirma Heywood (2004, p.87):

Pode-se apresentar um argumento contundente para demonstrar que a suposta indiferença com relação à infância nos períodos medieval e moderno resultou em uma postura insensível com relação à criação de filhos. Os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriam de descaso assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um “pobre animal suspirante”, que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade. (HEYWOOD, 2004, p.87)

Nesse contexto, aquelas crianças que conseguiam sobreviver não tinham reconhecidas sua identidade própria, uma vez que para que desenvolvessem esse aspecto, precisavam realizar atividades semelhantes às que eram feitas por adultos com os quais conviviam. Aqueles adultos que eram responsáveis pelas crianças, como afirma Heywood (2004), nesse primeiro momento, eram as “criadeiras”, “amas de leite” ou “mãe mercenárias”.⁴ De acordo com Heywood (2004), as crianças de sexo masculino recebiam tratamento diferenciado das de sexo feminino, já que “as meninas costumam ser consideradas como produto de relações sexuais corrompidas pela enfermidade, libertinagem ou a desobediência a uma proibição” (HEYWOOD, 2004, p.76).

Para Andrade (2010), o capitalismo foi um dos responsáveis por diversas mudanças na estrutura familiar e com isto, a redefinição dos papéis sexuais, com o homem como provedor e a mulher responsável por cuidar de casa e dos filhos. Na visão do autor, foi nesse momento que a criança nasceu socialmente, mas, ainda tratada como um ser dependente, frágil e com uma visão negativa, pois também era tida como ignorante e vazia, acreditando-se que ela precisava ser treinada para ser um bom cidadão, tendo a família a responsabilidade pela sua socialização.

Barbosa (2018) deixa claro que, no final do século XIX e início do século XX, a criança burguesa tornou-se o centro das atenções da família. Nesse período, passou-se a ter novas expectativas frente à educação dessas crianças. A partir desse momento várias ações

⁴ As mulheres passaram a fazer parte do mercado de trabalho e as crianças não tinham para onde ir. Surgiram então as “mães mercenárias”, que cuidavam de várias crianças juntas para suas mães trabalharem fora. Estas recebiam dinheiro para cuidar das crianças (HEYWOOD, 2004).

começaram a ser desenvolvidas para esse público, desde projetos, pesquisas, propostas de ensino, entre outras questões.

A visão da criança como um adulto em miniatura e a valorização da vida adulta em detrimento da infância fez com que essas pessoas e esse período fossem negligenciados por muito tempo em diferentes povos e sociedades. Lembrando que, segundo Heywood (2004), foi apenas após o século XV que houve o reconhecimento da criança como alguém que precisava de tratamento especial, passaram a integrar o mundo, consideradas como “seres especiais e diferentes, e, portanto, dignas de serem estudadas por si só” (HEYWOOD, 2004, p.10). Com isto, tem-se um grande avanço no modo de conceber a criança e a infância e suas particularidades na sociedade.

No contexto brasileiro, Kuhlmann (2010) apresenta o atual conceito de criança trazido pelo ECA (Lei 8.069/90), documento este que foi promulgado em 13 de julho de 1990 e é considerado um dos mais importantes na busca da efetivação dos direitos e na proteção da criança:

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (...)

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência (Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990, art. 54, inciso IV).

Esse conceito citado por Kuhlmann (2010) evidencia a preocupação com a criança e com seus direitos, afirmando a necessidade de se oferecer a ela condições para um desenvolvimento integral, trabalhando tanto com aspectos físicos como cognitivos, já que isto é importante para que ela venha a se tornar um adulto saudável e capaz de conviver harmoniosamente em sociedade.

Compreender a criança como alguém que tem suas próprias necessidades e particularidades auxiliou a sociedade, como um todo, a preocupar-se mais com essa etapa da vida. Isso influenciou no surgimento de políticas públicas, bem como na construção de escolas, elaboração de materiais didáticos específicos para esse público, o papel e a atenção da família e do governo para com essas crianças, melhorando sua qualidade de vida e resguardando os direitos das crianças, que também precisam ser respeitados.

A visão histórica sobre criança e infância ajuda a compreender os aspectos históricos da educação voltada para esse público no Brasil. Em nosso país, a Educação infantil configurou-

se de forma semelhante a outros países, uma vez que foi necessária uma nova visão sobre a infância e sobre a criança, para que surgissem essas instituições, e fossem vistas como necessárias não apenas para esse público específico, mas para a sociedade como um todo.

Do período de colonização do Brasil até os dias atuais, muita coisa aconteceu e novas visões foram construídas sobre a infância⁵.

As creches eram tidas como um local de acolhimento das crianças carentes, filhos de mães que trabalhavam fora e, por isso, não poderiam desenvolver suas obrigações e responsabilidades para com essas crianças. Quanto mais crescia a indústria, fruto da Revolução Industrial (1760–1840), maior era a participação da mulher no mercado de trabalho e mais fazia-se necessária uma instituição de cuidados e educação para as crianças. Entretanto, o Estado continuava a demonstrar omissão em relação a educação infantil.

Chegando-se ao final do século XIX, foram criadas as primeiras creches no país. Um exemplo é a creche de Anália Franco, instituição com formação rigorosa, mas que era muito valorizada pelo assistencialismo que promovia. Com o desenvolvimento da indústria e a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, o número de famílias que procurava essas instituições aumentava cada vez mais, o que gerou um aumento no número de creches. Porém, segundo Barbosa (2018), na maioria delas não havia a preocupação em oferecer condições mínimas para que as crianças pudessem receber cuidados, especialmente no que se refere a higiene.

Foi no governo de Getúlio Vargas, especialmente durante o período do Estado Novo (1937-1945), que o Estado passou a assumir as responsabilidades do atendimento à educação infantil, dando origem ao Ministério da Educação e Saúde.

A partir de 1950, as instituições que atendiam crianças passaram a receber auxílio governamental para desenvolver seu trabalho, uma ajuda que, inicialmente foi restrita, pois não havia dinheiro para todas as instituições e não conseguia atender a todas as crianças (ALVES, et al, 2009).

A demanda por creches permaneceu muito grande até o ano de 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal, que trouxe novas possibilidades para a Educação Infantil, especialmente para as creches.

Atualmente, a educação destinada a crianças de até 5 anos de idade é denominada educação infantil. Uma fase do ensino que tem a preocupação de oferecer à criança um ensino

⁵ De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), atualmente, a infância envolve o período de 0 a 12 anos de idade incompletos.

baseado em suas necessidades de desenvolvimento motor, afetivo e social e particularidades, enfatizando como é importante que ela tenha acesso a experiências e conhecimentos que auxiliem em seu desenvolvimento integral (HADDAD, 2006).

Vários são os documentos que regem a Educação Infantil no Brasil. Entre eles, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) que trata a criança como um sujeito de direitos, que possui interações sociais importantes e uma identidade tanto individual como coletiva. É um documento que propõe a presença do lúdico na instituição educacional, da valorização da subjetividade da criança, assim como da sua cultura exterior ao espaço educacional. O destaque para as DCNEI refere-se ao fato de ser este o documento norteador para os projetos pedagógicos e planos destinados à educação infantil.

Outros documentos norteadores desse processo, ao reconhecer a importância da educação na infância e defender com mais afinco seus direitos, são aqueles de alcance mundial, tais como: a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959); a Convenção Mundial dos Direitos da Criança (1989); no Brasil, o destaque para a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996) e ainda as DCNEI (2009), além da BNCC. Todos estes documentos trazem considerações sobre a educação infantil e do como possibilitar à criança um melhor desenvolvimento e aprendizagem.

Dentre os teóricos que se dedicam à pesquisa nesta área, Rosemberg (2019, p. 1) afirma que:

A educação e o cuidado da criança pequena, principalmente após os anos 1960, vem ocorrendo, também, fora do espaço doméstico e do exclusivo convívio familiar: um número cada vez maior de crianças pequenas, em inúmeros países, vem compartilhando experiências educacionais com coetâneos (da mesma idade), sob a responsabilidade de um(a) adulto(a) especialista (quase exclusivamente mulheres), em equipamentos coletivos tais como creches, *salas cunas*, escolas maternas, pré-escolas ou jardins da infância. Assim, a criação da criança pequena, juntamente com o cuidado dos velhos, constitui, talvez, uma das últimas funções que se desprende – parcial, gradativa e ambigualmente - do espaço doméstico e da exclusiva tutela e responsabilidade familiar sem que, portanto, a família seja considerada anomicamente insuficiente.

Isto quer dizer que as últimas décadas foram decisivas nesse processo de conquista de direitos para as crianças, principalmente com uma maior preocupação com a educação dessa criança não apenas no espaço familiar, mas, também, nas instituições de ensino, buscando um trabalho conjunto entre escola e família, de forma a trazer maiores contribuições ao público infantil.

Ante o exposto, observa-se as mudanças ocorridas no percurso histórico de reconhecimento e valorização da criança como indivíduo e sujeito do processo de formação.

Da não valorização ao reconhecimento de que ela precisa de uma educação específica, que respeite suas necessidades e particularidades. Tal reconhecimento encontra-se respaldado em documentos nacionais e internacionais.

Aspectos do processo de aprendizagem e desenvolvimento na perspectiva walloniana: contribuições para a Educação Infantil

Henri Wallon (1879-1962) é considerado um dos principais autores que dedicou atenção a estudos sobre o desenvolvimento humano, preocupado ainda com a educação desses indivíduos e demonstrando como a Psicologia pode contribuir para a atuação pedagógica. Como afirmava Wallon (1975), podemos notar como a Psicologia, ao compreender a mente humana traz inúmeras contribuições à educação, pois pode auxiliar o professor a compreender que elementos agem, positiva ou negativamente na educação e, assim, é preciso buscar formas de potencializar a aprendizagem e o desenvolvimento da criança.

O método de ensino e aprendizagem proposto por Wallon propõe a psicogênese da pessoa completa. Ele inspirou diversos outros pensadores e educadores por todo mundo. Além disto, Wallon foi um ativista marxista e por isto sua formulação parte das ideias contidas nessa corrente de pensamento, com destaque ao papel da história nesse processo de formação.

A teoria de Wallon (1879-1962) gira em torno da psicogênese da pessoa completa. Para ele, é preciso promover a integração de diferentes fatores que são responsáveis pela constituição do sujeito. Assim, a partir dessa teoria compreende-se o ser humano como alguém que se desenvolve de forma progressiva, com fatores afetivos, motores e cognitivos que também são responsáveis por constituírem-no como pessoa. Sua teoria busca mais do que demonstrar estágios de desenvolvimento do homem, pois foca nos conflitos que a pessoa vivencia no confronto com aspectos emocionais, afetivos, cognitivos e motores.

Para Wallon (1975), a compreensão do sujeito e seu processo de desenvolvimento implica na compreensão da integração organismo-meio e, ao mesmo tempo, a integração dos conjuntos funcionais do ser humano; a afetividade que implica em suas dimensões constitutivas como as emoções, os sentimentos e a paixão; a questão da afetividade nos diferentes estágios de desenvolvimento. Desse modo, Wallon (1975) compreende que a relação constitutiva do sujeito envolve elementos orgânicos, culturais, sociais, políticos e econômicos que se interligam e constituem a pessoa em sua totalidade, que implicam mutuamente fatores biológicos e sociais.

Wallon (1975) considera a necessidade de que a instituição educacional promova em relação à criança um desenvolvimento completo e integrado ao meio em que ele vive, não negligenciando nenhum aspecto, seja ele físico, cognitivo, afetivo, cultural, mas valorizando-os de forma integrada. A ênfase de sua teoria está no processo de integração, em que o organismo interage com o meio através das questões cognitivas, afetiva e motora. O ser humano é visto como resultado do processo de integração do homem com o meio, através de suas relações sociais. Segundo Wallon (1975, p.131):

O que permite à inteligência essa transferência do plano motor para o plano especulativo não é evidentemente explicável no desenvolvimento do indivíduo [...], mas nele pode ser identificada [a transferência] [...] são as aptidões da espécie que estão em jogo, em especial as que fazem do homem um ser essencialmente social.

Portanto, um ser social, a criança, desde os primeiros anos de vida, terá contato com o que a sociedade espera dela, mas essa sociedade precisa compreendê-la, como alguém que tem suas necessidades físicas, emocionais e sociais e que não pode ser tratada como um adulto, pois apresenta características muito diferenciadas.

Wallon (1975) ainda considera que:

Sem dúvida que o papel e o lugar que aí ocupa (a criança) são em partes determinados pelas suas próprias disposições, mas a existência do grupo e as suas exigências não se impõem menos à sua conduta. Na natureza do grupo, se os elementos mudam, suas reações mudam também (WALLON, 1975, p.20).

Novamente o autor chama a atenção para os efeitos que o meio tem na educação da criança, fazendo com que se pense que cada lugar e cultura acaba por gerar tipos diferenciados de consequências sobre a educação infantil, o que não pode ser desconsiderado pela escola. Por isso, tanto o indivíduo age sobre o meio em que vive, como também sofre interferência dele, já que “[...] há tomada de consciência pelo indivíduo do grupo de que faz parte, há tomada de consciência pelo grupo da importância que pode ter em relação aos indivíduos” (WALLON 1975, p. 215).

Outra questão interessante é a do movimento, que é a primeira forma de expressão da criança, é seu primeiro campo de desenvolvimento, pois é onde ela desenvolve sua percepção. Consoante a isso, Wallon (1995) afirma que a motricidade, percepção do eu corporal, é de fundamental importância para o desenvolvimento do eu psíquico. Essa questão precisa ser intensamente trabalhada.

Desde que nasce, a criança está em constante processo de aprendizagem de formas diferenciadas pelo meio e pelas pessoas com quem convive, expressando-se através do seu corpo e, posteriormente, através de sua fala. O movimento, tratado como o deslocamento no espaço é considerado, dentro da teoria walloniana, como um elemento primordial, pois tem relação direta com a afetividade e com o pensamento da criança. Propõe-se, assim, que o movimento seja um testemunho da vida psíquica, pois demonstra muito de como a criança relaciona-se com o mundo e com as pessoas com quem convive, suas necessidades, sentimentos, entre outros aspectos. Assim,

A primeira relação entre movimento e percepção ocorre no espaço bucal. O bebê leva tudo à boca. Após o primeiro semestre de vida, desenvolvem-se relações mais diversificadas entre percepção e movimento, a partir do estabelecimento de conexões entre diferentes campos sensoriais, uma vez que as mudanças provocadas pelo movimento são percebidas por vários deles simultaneamente. Entretanto, para que esta simultaneidade seja reconhecida, deve haver certo grau de maturação funcional (WALLON, 1941/2007, p. 14).

O movimento do corpo acaba se tornando aquele que dá sustentação para que a afetividade, assim como as funções mentais, possa ser desenvolvida.

Nesse sentido, Wallon (1879-1962) divide as fases de desenvolvimento em estágios. No estágio impulsivo-emocional, que ocorre de 0 a 1 ano, é quando a criança tem uma movimentação desordenada ocasionada por sensações de bem ou de mal-estar; possui gestos, mímicas e vocalizações, ou seja, uma forma particular de se comunicar e de expressar suas emoções. Assim, a emoção origina os impulsos coletivos. É o começo do entendimento do indivíduo sobre si e, por isso, não há consciência entre o eu e o outro – a criança ainda é inapta a agir sobre o mundo.

No estágio impulsivo-emocional, a emoção é uma das principais características. Já o estágio sensório-motor e projetivo ocorre quando a criança tem de 1 a 3 anos, e seu interesse se volta para a exploração sensório motora do mundo físico ganhando autonomia na manipulação de objetos e na exploração dos espaços. É nesse momento, também, que ocorre o desenvolvimento da função simbólica e da linguagem. O pensamento ainda nascente precisa de auxílio dos gestos para ser exteriorizado, e por isso, o ato mental projeta-se em atos motores. Nessa fase é importante que os professores ofereçam às crianças diversas situações em que possam participar e se socializar com o espaço e com as outras pessoas (WALLON, 1975).

É preciso enfatizar como a motricidade ocupa um lugar de destaque na psicogenética walloniana, pois está presente na vida da criança desde que ela nasce, sendo a maneira como ela interage com o meio externo, um meio de comunicação da vida psíquica. Por isso, é

importante que os educadores da educação infantil sejam conscientes sobre como o movimento age no desenvolvimento infantil e onde o espaço da sala de aula, assim como as atividades promovidas, deve contribuir como mediador e facilitador desse processo (WALLON, 1994).

O terceiro elemento citado pelo autor é a afetividade, que indica as sensações – agradáveis ou não – que algum fenômeno interno ou externo pode causar em um indivíduo. Sua origem está nas sensações viscerais e musculares, assim como na sensibilidade provocada pelo meio físico e social. Sobre isso, Wallon (1979, p.39) afirma que:

[...] duas funções básicas constituem a personalidade: afetividade e inteligência. A afetividade está relacionada às sensibilidades internas e se orienta em direção ao mundo social e para a construção da pessoa; a inteligência, por sua vez, vincula-se às sensibilidades externas e está voltada para o mundo físico, para a construção do objeto.

Frente ao exposto, infere-se que a Educação Infantil precisa investir no desenvolvimento cognitivo da criança, no sentido de que ela possibilita a aquisição de conhecimentos sobre si e sobre o mundo. A cognição ainda tem ligação com a forma como é utilizada a linguagem, a memória, como o indivíduo planeja ações futuras, a sua imaginação, resolução de problemas, aprendizagem etc. Ao analisar a teoria de Wallon (1975), fica evidente que as informações que o meio oferece ao indivíduo inicialmente parecem confusas, mas, com o passar do tempo, ele toma consciência dessas informações, fazendo com que se tornem conceitos claros.

Ao considerar a teoria walloniana, observa-se que o professor precisa ter conhecimentos sobre o papel dado à afetividade na vida da criança e sobre a forma como ela manifesta suas emoções. Assim, na Educação Infantil, as crianças demonstram essas emoções, que também produzirão interferências em sua aprendizagem e desenvolvimento. Sobre as emoções, Wallon (1986) conceitua que:

As emoções são a exteriorização da afetividade, que elas a tornam possível o desenvolvimento de meios de expressão cada vez mais complexos e, ainda, transforma-os em instrumentos de sociabilidade cada vez mais especializados. À medida que se tornam mais elaborados e precisos, o seu significado passa a ter maior independência e, conseqüentemente, separam-se da emoção [...] a emoção é entendida como um componente permanente da vida psíquica e tem uma influência significativa sobre o caráter (WALLON, 1986, p.93).

Na perspectiva de Wallon, a dimensão afetiva tem papel significativo na construção da pessoa e do conhecimento. Mesmo que afetividade e inteligência tenham funções distintas, não podem ser separadas no processo de evolução psíquica do sujeito. Assim, para Wallon

(1979, p.29) “[...] nos anos iniciais da educação infantil [...] a criança, a partir da relação com o outro, através do vínculo afetivo, passa a conquistar avanços no âmbito cognitivo”.

Wallon (1975) também faz reflexões sobre a formação e a importância da qualificação docente, dizendo que “a formação psicológica dos professores não pode ficar limitada aos livros. Deve ter referência perpétua nas experiências pedagógicas que eles próprios podem pessoalmente realizar (WALLON, 1975, p.366), ou seja, o professor deve aprender sobre a criança em seu cotidiano, utilizando as experiências na construção de uma educação de qualidade, onde teoria e prática vão se unindo para oferecer a criança a melhor educação possível.

A teoria da pessoa completa, portanto, permite, que o professor e a educação como um todo vejam a criança como alguém cujas necessidades vão além de aspectos físicos, mas que envolvem fatores cognitivos e emocionais que precisam ser bem compreendidos e levados para a sala de aula e para as propostas educacionais destinadas às crianças. Nesse sentido, tendo por base a teoria walloniana, é possível compreender melhor as relações entre professor e criança, fazendo com que a escola seja um meio e um local de desenvolvimento desses sujeitos e, assim, auxilie a entender melhor a interação que aí ocorre e como isso influencia na construção de experiências significativas na Educação Infantil.

A reflexão docente se mostra de fundamental importância nesse processo, pois é ela que instiga um trabalho mais bem construído diante das necessidades da criança. E mesmo que as teorias wallonianas tenham sido desenvolvidas há mais de meio século, elas continuam válidas e atuais, especialmente ao tratar a criança em suas particularidades, evidenciar suas necessidades, e ao dar relevância à participação da família e da sociedade no processo da educação infantil de forma integral.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil: o movimento e a afetividade

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (2009) estabelecem a importância da compreensão sobre os processos de aprendizagem e desenvolvimento da criança, bem como a importância da formação docente, do planejamento e desenvolvimento das instituições, do sistema avaliativo, da construção do projeto político pedagógico em busca de uma educação de qualidade para a criança.

Tais diretrizes encontram respaldo na LDB (1996), que define a educação infantil como a primeira etapa da Educação Básica, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade, desenvolvimento esse que envolve os fatores

físico, afetivo, linguístico, social e intelectual, trabalhando de forma conjunta com a família e a comunidade, conforme disposto no artigo 29 da referida lei.

Tanto o Parecer CNE/CEB nº 20/09⁶ como a Resolução CNE/CEB nº 05/09, que fixa as DCNEI, estabelecem as finalidades e explicitam a identidade da Educação Infantil. Acredita-se que esta seja “[...] condição indispensável para o estabelecimento de normativas em relação ao currículo e a outros aspectos envolvidos em uma proposta pedagógica”, conforme afirma Oliveira (2010, p. 1).

Os documentos supracitados reúnem elementos fundantes da prática docente, do funcionamento e articulação do cuidar e educar, de modo que não se valorize somente o educar, mas, também, o cuidado com as crianças. Aponta para a articulação dessa etapa educacional com o Ensino Fundamental, dentre outros aspectos, evidenciando e valorizando as particularidades da criança.

Sobre a questão pedagógica trazida pelas DCNEI (2009), Oliveira (2010, p. 2) cita que:

[...] é tratada pensando que, se a Educação Infantil é parte integrante da Educação Básica, como diz a Lei nº 9.394/96 em seu artigo 22, cujas finalidades são desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, essas finalidades devem ser adequadamente interpretadas em relação às crianças pequenas.

Nesse contexto, a educação escolar precisa, portanto, estabelecer seus fins, os métodos de trabalho, as relações interpessoais, as atividades a serem desenvolvidas pensando na criança, em suas particularidades, na forma como elas constroem os conhecimentos, nas suas diversidades de expressão, nos desejos e curiosidades tão particulares nessa fase da vida.

Como Wallon (1995) auxiliaria nessa compreensão? Quando ele defende que a instituição educacional deve possibilitar à criança um espaço de mediação com a sociedade e a cultura. Porém, o foco deve ser sempre a criança, em suas diversidades e capacidades. Nesse sentido, não se pode considerar essa etapa do ensino um apêndice do Ensino Fundamental, pois a criança é portadora de sua própria identidade. Os objetivos e a finalidade de possibilitar à criança um crescimento e desenvolvimento integral, construindo conhecimentos capazes de complementar aquelas funções que são exercidas pela família, como educar, orientar, dar carinho, atenção e segurança a criança, implica em compreender que a educação infantil

⁶ Que apresenta uma revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e traz novas diretrizes para a Educação Infantil.

também é uma etapa de formação que deve ser pensada, que exige políticas específicas e diretrizes norteadoras para este nível de ensino.

Assim, não basta oferecer à criança conteúdos que possibilitem incorporar a cultura do meio em que ela vive, ou da sociedade como um todo. A criança precisa ter acesso garantido a experiências que façam sentido em seu cotidiano, a diferentes linguagens e, assim, desenvolver aspectos afetivos, cognitivos, motores e sociais (DCNEI, 2009).

Nesse sentido, a Educação Infantil é uma etapa educacional que deve possibilitar a criança o contato com o lúdico, oferecer oportunidades de combater preconceitos, conviver com outras pessoas e com valores diferentes. Isso implica em tratá-la e valorizá-la em relação às suas diversidades, respeitar a etapa de desenvolvimento em que se encontra, ampliar seu olhar sobre o mundo e estabelecer diferentes conquistas que a levem a desenvolver-se da melhor forma possível.

Por isso, a Educação Infantil precisa oferecer atividades trabalhadas de forma conjunta entre os profissionais da educação. Assim, possibilitar-se-á uma formação integral e de maior qualidade para essas crianças. Essa proposta está contida nas DCNEI, quando o documento afirma que:

O paradigma do desenvolvimento integral da criança a ser necessariamente compartilhado com a família, adotado no artigo 29 daquela lei, dimensiona aquelas finalidades na consideração das formas como as crianças, nesse momento de suas vidas, vivenciam o mundo, constroem conhecimentos, expressam-se, interagem e manifestam desejos e curiosidades de modo bastante peculiares (BRASIL, DCNEI, 2009, p. 5).

Destaca-se que considerar a criança como um ser integral significa respeitar suas diversidades físicas, suas necessidades psicológicas e afetivas, além de compreender que ela tem uma vida fora da instituição educacional e que isso contribui significativamente sobre como ela aprende. Assim, é preciso planejar a educação infantil a partir dessa realidade.

Oliveira (2010) chama a atenção para o fato de que nas DCNEI (2009) há a preocupação de que a instituição educacional proporcione à criança experiências que estejam ligadas ao seu dia a dia, onde ela possa sentir, pensar e solucionar problemáticas. Para o autor, “[...] é preciso considerar que as crianças necessitam envolver-se com diferentes linguagens e valorizar o lúdico, as brincadeiras, as culturas infantis” (OLIVEIRA, 2010, p. 5).

A teoria walloniana também faz reflexões em torno da importância e o papel do professor dentro da educação da criança – o que também é enfatizado dentro das DCNEI (2009). Na perspectiva walloniana, o professor deve ser um mediador entre o aluno e o conhecimento. A mediação ocorreria nas suas condutas, ao apresentar diversos caminhos para se alcançar o

conhecimento. Isso ajudaria a criança a refletir sobre o seu comportamento em grupo, respeitando a si mesma e ao mundo que a cerca:

Os meios onde a criança vive e os que ambiciona são o molde que dá cunho à sua pessoa. Não se trata de um cunho passivamente suportado[...]o meio[...]começa por dirigir suas condutas, e o hábito precede a escolha, mas a escolha pode impor-se, quer para resolver discordâncias, quer por comparação de seus próprios meios com outros (WALLON, 1975, p.53).

É essa educação que se espera no Brasil. Uma educação compromissada com a criança, com suas particularidades, que respeite o seu tempo e ofereça a ela ferramentas que a possibilitem construir sua autonomia, de forma a compreender o meio, suas problemáticas, desenvolver conhecimentos que as habilite a se tornarem cidadãos e de efetivar sua cidadania, promovendo mudanças nessa sociedade e assim melhorando sua qualidade de vida e daqueles que o cercam.

Isto quer dizer que não se pode pensar o desenvolvimento infantil ou a construção e estímulo a inteligência da criança sem que o meio em que ela vive seja pensado, sem que as experiências por ela vivenciadas sejam valorizadas e por isto, a necessidade de colocá-las em contato com experiências significativas. Conforme destaca Wallon (1979, p. 117):

O que permite à inteligência esta transferência do plano motor para o plano especulativo não pode evidentemente ser explicado, no desenvolvimento do indivíduo, pelo simples fato de suas experiências motoras combinarem-se entre si para melhor adaptar-se exigências múltiplas e instáveis do real. O que está em jogo são as aptidões da espécie, particularmente as que fazem do homem um ser essencialmente social.

As discussões acima expostas evidenciam que as teorias wallonianas trazem perspectivas bem parecidas com aquilo que é proposto nas DCNEI, especialmente na valorização da criança como um ser singular, que precisa de atenção às suas necessidades. Da valorização do meio em que ela vive, que também lhe fornece não apenas conhecimentos, mas situações diferenciadas de aprendizagem, assim como da figura do professor como um mediador entre o aluno e o conhecimento, conforme lembra Vieira (1999).

Considerações finais

A Educação Infantil, como primeira etapa da educação básica, passou por muitas mudanças ao longo dos séculos. Foi preciso que uma visão diferente fosse construída em

relação às crianças e a infância, para que a formação nessa faixa etária, com suas características e subjetividades, fossem valorizadas.

As primeiras instituições de ensino visavam apenas o cuidar da criança. Posteriormente, houve uma configuração que uniu o cuidar e o educar, trabalhando com esse público infantil, respeitando suas particularidades e subjetividades.

Ao longo da história, foi necessária a mudança de conceito em relação à criança e a infância para que a sociedade desenvolvesse uma postura diferenciada em relação a esse público, dando origem a diferentes ações em prol da valorização do público infantil, seja por meio de leis, criação de novas instituições de ensino, propostas pedagógicas ou de estudos que tinham a criança como objetivo da pesquisa, entre outras proposições. .

É preciso enfatizar a necessidade de uma proposta de educação infantil que considere as diferenças existentes entre as crianças. Por isso, é preciso que os profissionais da educação desse nível de ensino assumam posturas e conhecimentos diferenciados, sabendo como a criança se desenvolve e de que forma é possível potencializar esse desenvolvimento. É preciso, dessa maneira, que haja a compreensão do conceito histórico, filosófico, biológico e psicológico da criança e os pressupostos que subsidiam a compreensão da criança enquanto um ser em formação.

Para educar a criança, é preciso considerar o meio em que ela vive, as relações interpessoais dentro e fora do ambiente da escolar, bem como a interferência das emoções e da afetividade em seu desenvolvimento. Propor uma educação que ajude a construir a autonomia e auxilie na construção de um aluno consciente, respeitando suas necessidades e particularidades.

Diante dessa realidade, considerar as teorias criadas por Wallon é reconhecer que, dentre tantos estudos realizados, essas teorias ainda são atuais e capazes de contribuir para a educação de crianças, uma vez que reflete sobre o desenvolvimento infantil, sobre a importância do professor como mediador do conhecimento, assim como da construção de experiência que levem em consideração a pessoa completa.

Além disso, o professor pode contar com o respaldo legal, em documentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil e a Base Nacional Curricular Comum. São os documentos que regem a educação infantil em todo o país e tem buscado resguardar os direitos da criança e oferecer a ela uma educação de qualidade, e remetem a aspectos que estão em consonância com as teorias de Wallon.

Para alcançar os objetivos propostos pelos documentos citados, assim como pelas teorias wallonianas, é preciso que os profissionais da educação tenham acesso a conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil, sobre como eles podem mediar a relação entre a criança e o conhecimento e colocá-las diante de experiências que elevem seu desenvolvimento e propiciem a construção de sua autonomia.

É interessante que o professor seja alguém capaz de dinamizar suas aulas, oferecendo às crianças diferentes experiências e formas de avaliação. Nesse processo, avaliar como a criança constrói sua interatividade, altruísmo, proatividade, como coopera com aqueles que estão próximos dela, como desenvolve seu pensamento e inteligência. Assim, é preciso que o professor construa atividades que possibilite à criança explorar o mundo onde vive. Isso exige uma proposta de educação criativa e que contribui com a saúde emocional, física e mental tanto das crianças como dos professores.

Há de se considerar ainda como a educação escolar deve reforçar a educação familiar, o papel da família nesse processo. Se os professores desenvolvem atividades que levem as crianças a trabalhar com suas emoções, afetividades, aspectos físicos e cognitivos, a família acaba fazendo parte desse processo. Assim também trabalhará as funções mais importantes da inteligência, com uma proposta de formação integral, visando formar pensadores e não repetidores de informações. Nisso, as crianças poderão vivenciar o conhecimento, aprender a produzi-lo e utilizarem-no em seu cotidiano, como partícipes ativos em seu processo de construção e formação intelectual e humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Mahoney, Abigail Alvarenga (orgs.) **Afetividade e aprendizagem**: contribuições de Henri Wallon. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

ALVES, Nancy de Lima; BARBOSA, Ivone Garcia; MARTINS, Telma Aparecida Teles. Políticas públicas de Educação infantil: a criança é cidadã. **Anais do III EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino**, 2009. Disponível em http://www2.unucseh.ueg.br/ceped/edipe/anais/IIIedipe/pdfs/2_trabalhos/gt09_didatica_praticas_ensino_estagio/trab_gt09_politicas_publicas_educacao_infantil.pdf . Acesso em: 04 jul.

2019.

ANDRADE, LBP. **Educação infantil:** discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BARBOSA, Ivone Garcia. **Políticas para a Educação Infantil em Goiás:** historicidade e implicações para a formação em pedagogia. 2018. Disponível em https://eventos.fe.ufg.br/up/248/o/4_BARBOSA__Ivone_Garcia.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília, 2009.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente (1990).** Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. – 3. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados.

_____. Ministério de Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para educação infantil.** Brasília, DF: MEC, 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei 12.796 de 04 de abril de 2013.** Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

_____. BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

GOLDEMBERG, José; LUCON, Oswaldo. **Energia e meio ambiente no Brasil.** *Estud. av.* 2007, vol.21, n. 59, pp.7-20.

HADDAD, L. **Políticas integradas de educação e cuidado infantil:** desafios, armadilhas e possibilidades. Cadernos de Pesquisa (São Paulo), v.36, n.129, p.519-46, dez, 2006.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância:** da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JACOMÉ, Paloma da Silva. **Criança e infância:** uma construção histórica. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Pedagogia). Natal, 2018.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de Oliveira. **O currículo na Educação Infantil:** o que propõem as novas diretrizes nacionais? Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – perspectivas atuais. Belo Horizonte: novembro de 2010.

KUHLMANN JR. Moysés, M. **Infância e educação Infantil:** uma abordagem histórica. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

MOREIRA, E. M., VASCONCELLOS, K. E. L. **Infância, infâncias: o ser criança em espaços socialmente distintos.** Serviço Social & Sociedade (São Paulo), ano 24, n.76, p.165-80, nov. 2003.

ROSEMBERG, Fúlvia. **A criança pequena na agenda de políticas para a infância: representações e tensões.** Disponível em <<http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/A%20CRIAN%C3%87A%20PEQUENA%20NA%20AGENDA%20DE%20POL%C3%8DTICAS%20PARA%20A%20INF%C3%82NCIA%20%20F%C3%BAlvia%20Rosemberg.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

STEARNS, Peter N. **A infância.** (Coleção história mundial). Título original: Childhood in world history. [tradutora Mirna Pinsky]. São Paulo: Contexto, 2006.

VIEIRA, Livia Maria. F. **A formação do profissional da Educação Infantil no Brasil no contexto da legislação, das políticas e da realidade do atendimento.** Pro-Posições, Campinas, v. 10, n. 1 (28), p. 28-39, mar. 1999.

WALLON, Henri. **Psicologia e educação da criança.** Lisboa: Editorial Vega, 1975.

_____. **Psicologia e educação da criança.** Lisboa: Editorial Vega, 1979.

_____. **Do Ato ao Pensamento.** Lisboa: Moraes, 1979.

_____. **As origens do pensamento na criança.** Trad. Dores Sanches Pinheiros e Fernanda Alves Braga. São Paulo: Manole, 1986.

_____. **A evolução psicológica da criança.** Lisboa: Edições 70, 1994.

_____. **A evolução psicológica da criança.** 2. ed. Lisboa: Edições 70, 1995.

_____. **A evolução psicológica da criança** (Berliner, C., Trad). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1941), 2007.